

Sarney insiste no pacto por Estados

anc p 3

28 MAI 1987

O presidente José Sarney admitiu ontem que o pacto nacional entre empregados e empregadores, com a participação do governo, deve ser iniciado a partir de um entendimento dos governadores estaduais, como propôs Alvaro Dias, do Paraná. "Cada Estado, a seu nível, deve construir condições para que possamos depois fazer um pacto a nível nacional. Nós devemos trabalhar nesse caminho", afirmou Sarney ainda na Base Aérea de Brasília, antes de seu embarque para o Uruguai.

O presidente da Câmara, deputado Ulysses Guima-

rães, disse, depois de assumir interinamente a Presidência da República, que considera o pacto nacional "muito difícil", embora classifique a intenção do presidente Sarney de "nobre". "Na Constituinte estamos também buscando um pacto, estamos recebendo memórias e delegações representativas da sociedade. No Executivo é a mesma coisa. O presidente Sarney busca o pacto nacional".

Apenas três ministros de Estado (Gabinete Civil, SNI, e Justiça) conseguiram acordar antes das 6 horas para ir à Base Aérea assistir o embarque do presidente.

Viajaram com Sarney os ministros das Relações Exteriores, da Fazenda e o chefe do Gabinete Militar. O deputado Ulysses Guimarães acompanhou o presidente até a porta do vião, que decolou às 7 horas.

Já como presidente interino, Ulysses Guimarães disse que não sabe, ainda, se a inflação vai chegar a 22 ou 23%, porque não havia recebido "os últimos resultados". "Tive uma ampla reunião com o ministro Bresser Pereira e ele relacionou as medidas em exame que serão submetidas ao presidente Sarney, antes de serem anunciadas".

Maciel discorda e quer acordo político

"O Brasil precisa de um acordo de todos os partidos, não da efetivação de um pacto social, de que não temos tradição, a fim de assegurar o êxito do processo de sua transição política".

A afirmação — que contraria proposta do presidente José Sarney — é do presidente do PFL, senador Marco Maciel, que se diz disposto a procurar todos os dirigentes partidários para discutir a tese. Esses encontros, conforme o JBr noticiou ontem, tiveram início na segunda-feira, quando Maciel procurou parlamentares do PT, PDT e PMDB para tentar convencê-los da necessidade do acordo.

Maciel parte do princípio de que "a crise brasileira é de natureza política, embora tenha como ele chama "reverberações de ordem financeira, econômica e social. Se se encontrar uma saída política, os problemas não desaparecerão. Diminuirão, porém, de tamanho". Para tanto, há necessidade de entendimentos de todos os partidos com assento na Assembleia Nacional Constituinte, em torno de um plano que garanta o êxito da transição e conjure os riscos que vive o poder civil no país".

O presidente do PFL não crê em pacto social: "Não temos tradição de pacto social, como noutros países. Aqui há diversidade de regiões e categorias sócio-econômicas, e a dificuldade de selecionar interlocutores. O ideal é um pacto político partidário, sob o comando do presidente da República. Se tivemos condições de sair do autoritarismo para a ple-



Maciel: crise é política

nitude democrática, com a Aliança Democrática, por que não vamos em frente, agora, quando temos muito mais motivos de convergência que de divergência?"

Marco Maciel encarece a necessidade de um plano político, econômico e social para o Brasil. "Um dia desses recebi a visita de um grupo de empresários do setor da construção civil. Eles se diziam dispostos a ajudar o país. Queriam apenas saber como poderiam fazê-lo".

O presidente do PFL acredita seja, assim, razoável, elaborar um programa mínimo que assegure a manutenção do regime democrático, a continuidade do desenvolvimento econômico, e a luta contra a inflação que contará com o apoio de todos os dirigentes partidários. Ele não importaria em qualquer adesão ao governo José Sarney, embora ressalte que a transição somente poderá continuar com o presidente da República.

Minas terá novo ministro, diz Cardoso

Belo Horizonte — O governador Newton Cardoso garantiu ontem que Minas Gerais terá um novo ministério no governo Sarney. "O próximo ministro sairá da bancada do PMDB de Minas na Constituinte", avisou Cardoso, sem adiantar qual a pasta que está reivindicando. Ele assegurou que a escolha "é pessoal, do presidente", por isso não indicará a Sarney o parlamentar do PMDB mineiro que será o novo ministro.

Ele dispõe de pelo menos dois nomes para indicar ao presidente, caso seja consultado: os deputados José Geraldo Ribeiro e Marcos Lima.

Biasi perde esperança de ser nomeado

São Paulo — O deputado Ralph Biasi (PMDB/SP) não vai mesmo ser ministro. E que ontem ele teve o seu nome confirmado para a secretaria de Ciência e Tecnologia pelo governador Orestes Quércia.

Por mais de dois meses, Biasi teve seu nome cogitado para o Ministério da Indústria e Comércio. Inúmeros vetos surgiram de diferentes áreas e finalmente ontem o governador deu por encerrado o assunto, convidando Biasi para assumir a pasta que vinha sendo acumulada pela secretária da Cultura, Bete Mendes, desde a posse do ex-secretário Luiz Carlos Bresser Pereira, no Ministério da Fazenda.

Com a nova mudança no secretariado de Quércia, o terceiro suplente do PMDB assumirá a vaga de Biasi na Constituinte.